



**DECISÃO Nº 142/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1245/2016.**
- 2- **Assunto:** Representação.
- 3- **Representante:** Ministério Público de Contas por meio do Procurador Ruy Marcelo Alencar de Mendonça.
- 4- **Representado:** Sr. Ivanhoé Amazonas Mendes Filho, Secretário de Estado de Política Fundiária.
- 5- **Advogado:** Não Possui.
- 6- **Objeto:** Possíveis queimadas e ocupações irregulares na região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro.
- 7- **Unidade Técnica:** DEAMB.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1946/2017-MP-RMAM, do Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas (fls.64/65v).
- 9- **Relator:** Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Representação.

*Conhecimento. Procedência. Determinação.  
Notificação. Ofício.*

**10- DECISÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **DECIDEM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 9, inciso I da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em **parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Conhecer** a presente Representação do Ministério Público de Contas;
- 10.2. **Julgar Procedente** a presente Representação do Ministério Público de Contas, em consonância com o disposto no art. 1º, XXII, da Lei nº 2.423/96;
- 10.3. **Determinar** à Secretaria de Estado de Política Fundiária - SPF, que no prazo de 30 dias, adote as providências necessárias para:
  - a) Instaurar procedimento administrativo para cada uma das ocupações;
  - b) Elaborar diagnóstico acerca da situação fundiária global da Unidade de Conservação RDS-Rio Negro;



**DECISÃO Nº 142/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

c) Elabore o Plano de Regularização fundiária da Unidade, que deverá ser integrado por um cronograma executivo com os prazos para a realização, com detalhamento de fontes de recursos financeiros necessários à regularização, definição de prioridades entre as áreas a serem regularizadas e instrumentos a serem utilizados, bem como o seu modo de execução;

d) Após o escoamento do prazo supra, que Secretaria de Política Fundiária, encaminhe ao TCE/AM documentos que demonstrem o cumprimento das determinações efetuadas, ou que comprovem as medidas adotadas para o cumprimento; sob pena de multa do art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;

**10.4. Notificar** a Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF e os demais interessados para que tomem ciência do Decisório, para querendo apresentar o devido recurso;

**10.5. Oficiar** ao Ministério Público Estadual, com cópia dos autos, para que tomem ciência das irregularidades frente a atuação da Secretaria de Estado de Política Fundiária – SPF na região da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro – RDS, em função da suposta conduta omissiva quando da titulação de terras nesta unidade de conservação; a fim de que adotem as medidas que entender cabíveis.

**11- Ata:** 15ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 16 de Maio de 2017.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente, em substituição

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral

Publicado no Diário Eletrônico  
do TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Pág. 3

**DECISÃO Nº 142/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**